

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Com a benção de Delfim	2
Título: Feitiçarias	4
Título: Siderúrgicas temem reflexos de sobretaxa em outros países	6
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Pobre agenda 15	8
Título: Lobby brasileiro do aço enviou centenas cartas aos EUA.....	9
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	10
Título: Concessão ou partilha, questão de transparência.....	10
Título: Antes de divulgar balanço, Petrobrás é destaque com seis indicações.....	12
Título: Meirelles vê ‘mal entendido’ com gasolina	13
Título: Brasil recorre nos EUA para sair da lista do aço	14
Título: Brasil foi o mais afetado com a sobretaxa do aço	16
Título: Análise - Salve-se quem puder.....	17
Título: Produtores chineses pedem retaliação contra sobretaxa	18
Título: Nissan negocia postos de recarga de energia para abastecer o Leaf	19
Título: Palocci operou propina para Delfim, diz Lava Jato	20
VEÍCULO: Correio Braziliense	21
Título: Lava-Jato chega à conta de Delfim	21

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Dimitrius Dantas****Título: Com a benção de Delfim**

Procuradores acusam ex-ministro de receber propina para estruturar consórcio em Belo Monte.

Apontado como beneficiário de R\$ 4 milhões em propina, o ex-ministro Delfim Netto foi alvo ontem, ao lado de um sobrinho, da 49ª fase da Lava-Jato. Ele é acusado de ajudar a estruturar um consórcio para atuar na usina de Belo Monte, mesmo que o grupo de empresas não tivesse capacidade para operar o negócio. Segundo investigadores, Delfim tinha como parceiro no esquema José Carlos Bumlai, compadre do ex-presidente Lula.

A investigação revela ainda que o ex-ministro Antonio Palocci era o portavoz do governo para a cobrança de vantagens indevidas às empresas responsáveis por obras da usina. O dinheiro arrecadado pelo petista seria entregue justamente a Delfim e Bumlai. Dentro da operação, policiais federais cumpriram nove mandados de busca e apreensão em São Paulo e no Paraná, como parte de uma operação que investiga o pagamento de propina na construção da usina.

Não houve ontem pedido de prisão contra Delfim ou seu sobrinho, Luiz Appolonio Neto. Segundo o Ministério Público Federal, os R\$ 4 milhões recebidos pelo ex-ministro haviam sido destinados a pessoas jurídicas ligadas a ele, por meio de “contratos fictícios de consultoria”. Os investigadores estimam que os repasses ao ex-ministro possam chegar a R\$ 15 milhões, mas ainda não foi possível rastrear todos os valores.

Delfim já havia admitido ter recebido R\$ 240 mil da Odebrecht, uma das empresas com obras em Belo Monte. Na ocasião, disse que o dinheiro era referente a consultorias.

DEFESA: DELFIM NÃO COMETEU ILÍCITO

Ontem, a defesa do ex-ministro informou que “o professor Delfim Netto não ocupa cargo público desde 2006 e não cometeu qualquer ilícito e os valores recebidos foram honorários por consultoria prestada”. Os advogados afirmaram que vão se inteirar do processo para dar mais esclarecimentos. Delfim Netto é defendido pelos advogados Ricardo Tosto e Jorge Nemr.

Já os advogados de Appolonio Neto divulgaram nota para “refutar veementemente as acusações e esclarecer que sua vida profissional sempre foi pautada pela legalidade”. Parte da propina do esquema de corrupção foi repassada para o PT e o PMDB, de acordo com os investigadores. Delfim Netto era conhecido pelo apelido de “Professor” no sistema Drousys, que controlava o pagamento de propina na Odebrecht.

A investigação mirou a atuação do ex-ministro na estruturação do consórcio Norte Energia, vencedor da licitação de Belo Monte em 2010. Para o MPF, há “fortes indícios” de que o grupo de empresas foi “indevidamente favorecido por agentes do governo federal para vencer o leilão” de construção da usina.

Com base em acordos de leniência das construtoras Andrade Gutierrez e Camargo Correa, além da delação de executivos da Odebrecht, os procuradores descobriram que a Norte Energia direcionou o contrato de construção da usina para outro consórcio, que havia perdido o leilão, desde que pagassem 1% do valor do contrato como propina.

Segundo a PF, as investigações identificaram “modus operandi semelhante ao já investigado nas demais fases da Lava Jato”, que consiste no pagamento de “vantagens indevidas a agentes públicos e políticos por parte de consórcio de empreiteiras diretamente interessado nos contratos” de Belo Monte. Parte das investigações sobre o esquema de Belo Monte seguem com a Procuradoria-Geral da República (PGR), em Brasília, que apura o envolvimento de autoridades com foro.

Em Curitiba são investigados os pagamentos ao PT e ao ex-ministro. Aos 89 anos, Delfim Netto foi ministro da Fazenda durante o regime militar e continuou a exercer influência nos governos civis, de Sarney a Lula, passando por Collor e Fernando Henrique. De acordo com o procurador Athayde Ribeiro Costa, o governo federal atuou para direcionar a licitação para o consórcio.

O grupo de empresas se reuniu graças à atuação do ex-ministro Delfim Netto e do pecuarista José Carlos Bumlai, que já foi investigado na Lava-Jato por outros negócios envolvendo o PT e o ex-presidente Lula. O consórcio venceu a licitação de Belo Monte após as principais empreiteiras, favoritas no certame, desistirem da obra, alegando que os gastos propostos pelo governo estavam abaixo do que a hidrelétrica de fato custaria.

O governo, então, atuou para a formação de outro consórcio, liderado por empresas menores. Segundo o procurador, o consórcio Norte Energia não tinha como tocar a construção de Belo Monte. Posteriormente, o grupo subcontratou as grandes empreiteiras que perderam a licitação, como Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Odebrecht, para liderarem a obra.

— Segundo a investigação, Delfim Netto, em conjunto com Bumlai, ajudou o governo federal a estruturar o consórcio Norte Energia formado por diversas empresas que não teriam capacidade para o empreendimento. Em virtude dessa ajuda, que constituiu uma fraude, Delfim Netto foi agraciado com o direcionamento das vantagens indevidas que Palocci tinha pedido para o PT e o PMDB — disse Costa.

BLOQUEIO MENOR DO QUE O PEDIDO PELO MPF

No despacho em que autorizou a deflagração da operação, o juiz Sergio Moro preferiu manter o bloqueio em R\$ 4,4 milhões, apesar do pedido do MPF para que R\$ 15 milhões ficassem indisponíveis para o ex-ministro. A Odebrecht foi a responsável pelo pagamento em espécie para Delfim, no escritório de seu sobrinho.

A empreiteira registrou o pagamento de R\$ 240 mil em um endereço nos Jardins, área nobre de São Paulo, no sistema Drousys, que utilizava para registrar o pagamento de propinas. A senha da entrega foi “Perfume”, segundo a tabela apreendida pela Polícia Federal. Em outras entregas, as senhas foram “Pastel” e “Diamante”. Em 2016, Appolonio admitiu ter recebido os valores a pedido de Delfim, mas disse que não sabia a que se referia.

Em nota, o PT afirmou que “as acusações dos procuradores da Lava-Jato ao PT, na investigação sobre a usina de Belo Monte, não têm o menor fundamento”. Já o MDB destacou, em nota, que “não recebeu propina nem recursos desviados no Consórcio Norte Energia”.

O partido disse lamentar “que uma pessoa da importância do ex-deputado Delfim Netto esteja indevidamente citado no processo”. A defesa de José Carlos Bumlai afirmou que o pecuarista “não foi alvo da operação deflagrada justamente porque não teve nenhuma participação em atos ilícitos nela apurados. A defesa de Palocci não se manifestou.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia / colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: Feitiçarias

Delfim Netto era conhecido como “o bruxo” da ditadura militar, por ter elaborado a mágica do milagre econômico no início dos anos 1970. O feitiço se voltou contra o feiticeiro no segundo choque do petróleo, em 1979, que levou o Brasil à hiperinflação e à década perdida dos anos 80. Na edição do AI-5, em 1968, o então ministro da Fazenda apoiou a edição do Ato que fechou o

Congresso e endureceu o regime. Disse ao presidente Costa e Silva que a medida “não era suficiente” e queria mais. Em 2013, na Comissão da Verdade, afirmou que faria tudo de novo.

Conselheiro econômico informal dos ex-presidentes Lula e Dilma, apoiou a chamada Nova Matriz Econômica — depois se arrependeu — que expandiu o gasto e turbinou o crédito público via endividamento do Tesouro. O país repetia, assim, a chamada conta- movimento, criada em 1965, e ampliada por Delfim em 1971, que produziu um orçamento monetário paralelo no Banco Central. O gasto subia, mas não aparecia nos documentos e nas estatísticas oficiais. O dinheiro era destinado a empresários escolhidos, os chamados “campeões nacionais”. Em 2011, Delfim defendeu em artigo a construção da usina de Belo Monte e afirmou que o governo fazia uma mudança importante na gestão do setor elétrico. O resultado dessa guinada o país sentiu em 2015, com o aumento de 50% no preço da energia, que ajudou a levar a inflação aos dois dígitos e aprofundou a recessão.

A desorganização setorial até hoje não foi superada. A defesa de Belo Monte parece ter tido outra motivação, pelo que se viu na 49ª Fase da Operação Lava-Jato. Delfim foi delatado por executivos da Odebrecht, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez como destinatário de R\$ 15 milhões em propina por ter ajudado na elaboração do consórcio Norte Energia, vencedor da licitação em 2010. Segundo o Ministério Público, R\$ 4 milhões chegaram ao economista via consultorias fraudadas e depósitos na empresa de seu sobrinho. Segundo o procurador Athayde Ribeiro Costa, “não houve justificativa para o pedido de prisão”. Mas, diz ele, as investigações continuam, e caso seja necessário, isso pode mudar.

Projeto duvidoso

A obra de Belo Monte foi cercada de polêmicas e benefícios. A licença ambiental só saiu depois que o governo mudou a diretoria do Ibama. Os juros foram subsidiados. Outro privilégio foi a antecipação da garantia física da usina, o que na prática permitiu que Belo Monte comprasse energia de outras hidrelétricas mais barato e revendesse pelo preço de mercado. Sócia, a Eletrobras aceitou pagar mais caro pela energia da usina no mercado livre. As perdas e custos com transmissão, que são maiores pela distância dos grandes centros, foram divididos com todo o sistema. O governo também empurrou os fundos de pensão da Petrobras e da Caixa para dentro do consórcio.

Ilusionismos

O custo da usina, inicialmente previsto em R\$ 19 bilhões, já passou dos R\$ 30 bi. Apesar da potência prevista de 11 mil MW, ela terá operação média de 40% da

capacidade porque não possui reservatórios e depende das chuvas. As linhas de transmissão atrasaram e nem tudo o que é gerado hoje pode ser entregue no Sudeste, onde está a maior demanda. Das 24 turbinas previstas, só 14 estão em operação.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez, Ronaldo D'Ercole, e Ana Paula Ribeiro

Título: Siderúrgicas temem reflexos de sobretaxa em outros países

Exportadores esperam maior competição global com alíquotas nos EUA.

A decisão do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, de sobretaxar o aço e o alumínio importados em 25% e 10%, respectivamente, não afeta apenas as exportações do Brasil para o mercado americano. De acordo com analistas e representantes do setor, as siderúrgicas brasileiras terão dificuldades também para vender para outros países. A medida de Trump deve aumentar a disputa de outros mercados que estão entre os principais clientes do Brasil, como países da América Latina. Isso porque o aço de nações produtoras, como China e Índia, que não conseguir entrar nos EUA tende a ser redirecionado para outras economias.

Marco Polo de Mello Lopes, presidente executivo do Instituto Aço Brasil, explica que, atualmente, já existe um excedente de 750 milhões de toneladas de aço no mercado mundial. Com a sobretaxa nos EUA, os 34 milhões de toneladas anuais importados pelos EUA aumentarão a oferta de aço e, consequentemente, a competição em outros mercados. Além disso, os preços tendem a cair. Para Marco Polo, as exportações brasileiras terão mais dificuldades, principalmente na América Latina. — O Brasil corre o risco de se tornar o depositário desse excedente de aço do mundo — afirma Marco Polo, lembrando que o próprio mercado brasileiro deverá ser inundado com aço importado.

GERDAU PODE GANHAR

O presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro, também diz que vai ficar mais difícil para a indústria brasileira competir em outros mercados, já que as empresas brasileiras têm custos mais altos que os principais concorrentes. Ele alerta que outro risco será o aumento ainda maior das importações de semiacabados e acabados no país: — Com a sobretaxa americana, o Brasil vai perder duas ou três vezes mais. Não só nas exportações de aços para os EUA, das quais 80% são de semiacabados, mas porque os outros países exportadores vão buscar novos mercados, incluindo o próprio Brasil. Por sua vez, vai ser difícil para o Brasil buscar novos mercados

porque seu preço é maior do que o do concorrentes. Para o presidente da AEB, o Brasil vai ser um dos alvos principais dos exportadores barrados nos EUA porque o país não tem qualquer sobretaxa ao aço. De acordo com o executivo, em 2017, as importações de produtos acabados de aço aumentaram 77% em relação ao ano anterior, saltando de US\$ 704 milhões, para US\$ 1,2 bilhão.

A apreensão se repete no setor de alumínio. Segundo o presidente da Associação Brasileira de Alumínio (Abal), Nilton Rego, as exportações brasileiras de alumínio somam US\$ 1,5 bilhão por ano, sendo apenas 10% disso para os EUA. O maior risco, diz ele, são prejuízos às exportações para outros mercados, principalmente a América Latina. — Nossa preocupação maior não é com as exportações para o mercado americano, mas com o fato de exportadores se deslocarem para outros mercados. E o maior mercado para as exportações de alumínio do Brasil é a América Latina — disse Rego. O mercado refletiu as perspectivas das exportadoras de aço com a taxa de Trump. Desde o início dos rumores sobre a medida, em 23 de fevereiro, as três maiores siderúrgicas brasileiras — Usiminas, CSN e Gerdau — perderam R\$ 3,91 bilhões em valor de mercado na Bolsa. Apesar disso, em relação ao efeito direto da decisão americana, as três companhias não devem ser tão afetadas.

No caso da Gerdau, concordam os analistas e a própria empresa, a medida pode até trazer benefícios. Isso porque a companhia tem várias unidades de produção América do Norte, principalmente nos EUA, de onde vieram pouco mais de 40% das receitas em 2017. — Embora a Gerdau tenha vendido alguns negócios dos EUA (usinas de vergalhões e unidades de corte e dobra, em janeiro, por US\$ 600 milhões), eram unidades muito marginais. Quase metade das receitas do grupo ainda vem dos Estados Unidos. Por isso, no fim das contas, a Gerdau pode até ser beneficiada — diz Marco Saravalle, analista da XP Investimentos. O analista lembra que o mercado de aços longos, o forte da Gerdau, é menos suscetível a mudanças bruscas do que o dos aços planos, segmento em que atuam Usiminas e CSN. Procurada, a Gerdau disse que suas exportações para o mercado americano são “irrelevantes” e a medida de sobretaxar importações nos EUA é positiva para suas operações. A preocupação da empresa é com as negociações para tratamento diferenciado com outros países.

Usiminas e CSN estão relativamente protegidas neste primeiro momento, observa Saravalle, porque têm participações pequenas das exportações em suas receitas. A Usiminas exporta apenas 15% de sua produção, e os Estados Unidos são destino de 1% das vendas externas. No entanto, a empresa pode sofrer com maior concorrência em outros mercados. Um terço de suas vendas lá fora é para a Argentina. Já a CSN está ainda menos exposta, pois suas exportações abrangem apenas 5% de sua produção. Em nota, a Usiminas afirmou que a sobretaxa nos EUA “não deve ter impacto relevante” para a empresa. “Embora

não impactada diretamente no curto prazo por essas medidas, a Usiminas repudia de forma veemente este tipo de medida, que prejudica o livre comércio no mundo e os interesses do Brasil, e espera que o país busque medidas que garantam isonomia nas relações comerciais internacionais”, disse a siderúrgica mineira.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Opinião

Autor:

Título: Pobre agenda 15

Engodo ou não, a pré-candidatura de Rodrigo Maia (DEM) ao Palácio do Planalto, assim como a quimera eleitoral de Henrique Meirelles (Fazenda), vai empurrando para debaixo do tapete a pouco empolgante agenda 15 — reciclagem de medidas econômicas divulgada pós-fiasco da reforma Previdência.

Das iniciativas, ditas prioritárias, três com maior impacto sobre as contas fiscais do governo e que despertam algum entusiasmo nos agentes de mercado enfrentam forte resistência política e do corporativismo estatal: reoneração da folha, regulamentação do teto salarial do setor público e privatização da Eletrobras.

Em busca de anabolizar seu projeto político, o presidente da Câmara tende a focar propostas com apelo popular, e a tramitação das três medidas polêmicas ficará à mercê do humor eleitoral dos parlamentares. Maia vem emitindo sinais contraditórios sobre a agenda 15, que já classificou de “café requentado”, no entanto, prometeu dar seguimento.

Os deputados não conseguiram aprovar um simples regime de urgência para votar a reoneração da folha nesta semana, e o assunto deve ser discutido na próxima. Há sinalização de mudança expressiva no texto original, com ampliação dos setores que continuarão desonerados.

O pré-candidato demista anunciou que só tocará a regulação dos supersalários depois que o STF analisar o auxílio-moradia de juízes, julgamento que começa no dia 22.

A comissão que trata da privatização da Eletrobras não foi instalada na terça (6) por causa de uma manobra da disfuncional oposição. Políticos do Norte e Nordeste são contra a venda da estatal, pois acabará com seus feudos políticos. O clima refratário se estende ao TCU, que colocou uma lupa sobre o processo e cobra do governo informações.

Em Nova York, Meirelles até tentou “vender” o Brasil, mas precisou gastar mais saliva dando explicações sobre a declaração eleitoreira de redução do preço dos combustíveis.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Estelita Hass Carazzai

Título: Lobby brasileiro do aço enviou centenas cartas aos EUA

Brasil é o segundo maior exportador de aço aos EUA .

Foram pouco mais de duzentas cartas enviadas ao Congresso. Agendas de oito, até dez horas seguidas de reuniões. Foi assim que lobistas da indústria brasileira de aço em Washington passaram os últimos seis meses.

E é assim que devem passar as próximas duas semanas, na tentativa de reverter o anúncio da tarifa de 25% sobre o aço importado pelos Estados Unidos, anunciadas nesta semana pelo presidente Donald Trump.

"Nós ainda queremos estar fora disso", disse o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes.

Trump decidiu dificultar a entrada do produto importado nos EUA sob o argumento da segurança nacional, a fim de proteger a indústria siderúrgica do país. O Brasil é o segundo maior exportador de aço aos EUA.

Nas próximas duas semanas, porém, as negociações para exceções às sobretaxas ainda estão abertas. O republicano diz que quer ver quem são os "amigos de verdade" do país.

O lobby brasileiro, formado pela iniciativa privada, diplomatas e autoridades do governo federal, tenta argumentar que é um deles ""com "sólidos vínculos econômicos e políticos" com os EUA, como dizem as cartinhas enviadas a parlamentares e empresários americanos.

O principal argumento é que o produto brasileiro, que é semiacabado, não compete com o aço dos EUA.

"A indústria de aço do Brasil não é uma ameaça", afirma a carta assinada pela BIC (Brazil Industries Coalition), principal grupo de defesa das indústrias brasileiras em Washington. O material é acompanhado de gráficos sobre a

balança comercial entre os dois países (positiva para os americanos) e o número de empregos gerados pelas siderúrgicas brasileiras nos EUA (pouco mais de 70 mil).

CARVÃO

Mas um dos tópicos mais presentes na mesa de negociações tem sido o carvão americano ""do qual o Brasil é o principal comprador, justamente para alimentar as usinas de aço.

O argumento é que, caso as exportações de aço sejam prejudicadas, as importações de carvão irão despencar, prejudicando um setor igualmente caro ao presidente Trump. O republicano prometeu, em campanha revitalizar a indústria carvoeira do país.

"É um argumento muito interessante, porque pode unir interesses", avalia a advogada brasileira Ana Caetano, especialista em comércio internacional.

Os brasileiros foram atrás das associações de carvão dos EUA. Viram solidariedade e sinais de preocupação, mas ninguém quis se indispor com Trump, que tanto tem prometido ao setor.

Nos últimos seis meses, o lobby brasileiro visitou o Departamento de Comércio, a Casa Branca, associações industriais, congressistas simpáticos ao comércio internacional e até servidores federais especializados no Brasil.

O périplo deve prosseguir pelos próximos dias para especialistas, é o momento para isso. "É uma coisa que eu digo para meus clientes: o juiz quer ver você chorar", brinca Caetano. "Tem que falar com todo mundo, até com o papa."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Opinião / Economia

Autor: Adriano Pires

Título: Concessão ou partilha, questão de transparência

A Lei n.º 9.748/1997, mais conhecida como "Lei do Petróleo", instituiu a abertura do setor, estabelecendo, dentre outros, o regime de concessão para reger a licitação de blocos de petróleo por meio de leilões para exploração e produção (E&P). O modelo foi extremamente bem-sucedido, conciliando objetivos aparentemente contraditórios: atrair para o País as principais empresas de petróleo internacionais, estimular a criação de empresas privadas brasileiras e ainda fortalecer a Petrobrás. A partir daí a indústria petrolífera brasileira passou por profundas mudanças e ganhou um novo vigor.

O modelo foi reconhecido internacionalmente pela forma profissional e transparente com a qual a ANP conduziu as rodadas. Neste período, foram realizadas dez rodadas de leilões que atraíram investimentos de peso, possibilitaram o desenvolvimento de empresas privadas nacionais e geraram muitas receitas para a União, Estados e municípios. A descoberta do pré-sal, em 2006, interrompeu esta trajetória de sucesso. Por uma decisão política e populista, optou-se por mudar as regras do jogo, adotando o regime de partilha no chamado polígono do pré-sal. Mais do que apenas alterar o regime contratual, a opção do governo do PT foi a de trazer de volta o monopólio da Petrobrás, obrigando-a a ser operadora única, com participação mínima de 30% nos consórcios, independentemente de sua avaliação técnica ou viabilidade financeira.

Embora a justificativa fosse de que beneficiaria a sociedade brasileira, o novo modelo só promoveu o primeiro leilão em 2013, ofertando o Campo de Libra. O certame ocorreu sem disputa e com a vitória de um único consórcio formado pela Shell (20%), Total (20%), as estatais chinesas CNPC (10%) e CNOOC (10%) e a Petrobrás (40%). Não existiu concorrência, ainda mais levando-se em conta os altos preços de petróleo da época e o potencial geológico da área ofertada. Somente em 2017, após uma série de alterações nas regras do setor dentre as quais o fim da obrigatoriedade de a Petrobrás ser operadora, ocorreram a 2.ª e 3.ª rodadas de licitação de áreas do pré-sal.

O resultado foi um sucesso, com um total de seis áreas arrematadas, um bônus de assinatura de R\$ 6,15 bilhões e um excedente em óleo médio de 55,72%. O leilão contou com o interesse de grandes petroleiras e trouxe de volta ao mercado brasileiro a ExxonMobil. Apesar do sucesso desse leilão, o modelo da partilha continuou se mostrando menos adequado ao Brasil que o da concessão. No contexto mundial, o modelo de partilha é adotado em países cuja estrutura tributária é pouco transparente. Os países que optam pela partilha recebem sua parcela em volume de óleo, que por sua vez é negociada por uma estatal, aumentando custos de transação, ocasionando perdas comerciais e muitas vezes originando problemas de corrupção e fraudes.

Além disso, aumenta o peso da burocracia estatal, com a criação de uma estatal, no caso do Brasil a PPSA, que vai gerenciar os contratos e ter participação no comitê gestor dos campos sem colocar um centavo de investimento. Ademais, impõe custos de fiscalização, já que os custos são totalmente deduzidos da parcela a ser transferida para a União, e transforma a PPSA numa trading estatal. O modelo de concessão privilegia a eficiência econômica, a boa alocação de recursos por parte de quem mais tem elementos para avaliar os riscos geológicos (empresas e não governos) e, portanto, a geração de resultados econômicos que são compartilhados entre os diferentes atores (investidores, sociedade e governo).

Fica evidente que o regime de partilha não maximiza o desenvolvimento competitivo de nosso setor petrolífero e, portanto, o retorno que este setor pode dar à sociedade brasileira. Foi motivado por razões ideológicas, e não técnicas, e privilegia a complexidade burocrática e a falta de transparência. O regime de concessão, ao contrário, possui maior simplicidade, regras claras, transparência e, o mais importante, prescinde de criar uma nova estatal.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Karin Sato

Título: Antes de divulgar balanço, Petrobrás é destaque com seis indicações

A ação da Petrobrás entrou para a carteira da Magliano e passou a ocupar seis portfólios, na semana em que apresentará o balanço financeiro do quarto trimestre de 2017. A expectativa de analistas é que a companhia apresente bons resultados operacionais, graças aos preços do petróleo mais elevados no período. No entanto, existem dúvidas com relação à distribuição de dividendos. Considerando ajustes e outras contingências que a companhia pode eventualmente contabilizar, um prejuízo considerável no trimestre pode ser anunciado. Com ou sem dividendos, o analista da Magliano, Carlos Soares, disse que segue com boas perspectivas com relação à estatal e à sua gestão, que tem mostrado assertividade. “A venda de ativos, aliada à política de preços, deve seguir contribuindo para que a empresa continue a buscar a meta de desalavancagem operacional e ganhos de margem, ao longo dos próximos anos”, afirmou.

“Diante disso, e da expectativa de que os resultados da empresa, a serem conhecidos nesta semana, esperamos que ela permaneça apresentando bom desempenho.” A Petrobrás consta das seguintes carteiras: BB Investimentos, Bradesco BBI, Coinvalores, Magliano, Santander e XP Investimentos. A Lerosa não tem Petrobrás na carteira, mas optou pelo ingresso do braço de distribuição de combustíveis da empresa, a BR Distribuidora, que também apresentará resultados do último trimestre de 2017 na próxima semana. “A expectativa é de redução da diferença entre a margem da BR e a das principais empresas listadas (Ipiranga e Raízen), o que se traduziria em ganho de eficiência, resultando em melhora nos resultados financeiros”, disse o analista da corretora Vitor Suzaki.

Depois de o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) ter reprovado a aquisição da distribuidora de gás Liquigás, que pertence à Petrobrás, pela Ultragaz, do Grupo Ultra, a coluna perguntou a analistas se a postura da autarquia poderia frear novas fusões e aquisições. Recentemente, o Cade também reprovou a compra da rede de postos ALE pela Ipiranga, outra empresa do Grupo Ultra, e a união da Kroton com a Estácio. Os analistas da XP

responderam que a postura mais conservadora do Cade pode de fato levar empresas maiores e líderes de segmento a repensarem planos de fusões e aquisições. No entanto, o que será mais relevante para ditar o apetite serão as condições de mercado, disseram. A equipe da Planner opinou que não é possível generalizar a postura do Cade, pois cada processo merece avaliação diferenciada.

“No caso dos processos recentes, de certa forma o mercado já esperava, pois causariam concentração de mercado. Acreditamos que as oportunidades continuarão presentes. Mesmo porque existe capital estrangeiro bastante interessado no Brasil”, disse o analista Mário Roberto Mariante. Para Suzaki, da Lerosa, a nova postura do Cade pode vir a frear o apetite das empresas por fusões e aquisições, a depender do setor e da concentração de mercado. “Acredito que devemos sim ter algumas operações dificultadas pelo Cade, porém mais ligadas a setores já altamente concentrados. Não é o caso da maioria dos segmentos nos quais há maior expectativa de fusões e aquisições neste ano, como Tecnologia da Informação, shopping centers, energia elétrica, infraestrutura e saúde”, opinou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Nakagawa

Título: Meirelles vê ‘mal entendido’ com gasolina

Ministro diz que objetivo do governo não é baixar imposto ou preço, mas mudar ICMS.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirma que houve um “mal entendido” no debate sobre a mudança na tributação da gasolina. A intenção do governo, segundo ele, não é baixar imposto ou o preço dos combustíveis. A intenção é mudar o cálculo do ICMS – que responde por cerca de 30% do preço cobrado nos postos – para que a arrecadação desse imposto estadual seja menos volátil. Pré-candidato ao Palácio do Planalto, Meirelles rechaçou qualquer influência eleitoral sobre o tema. Na quarta-feira, Meirelles disse que o governo discute com a Petrobrás uma política de combustíveis “de maneira que um aumento de preços (do petróleo) no mercado internacional não venha a prejudicar o consumidor em última análise, e, por outro lado, uma queda muito grande também não venha prejudicar, no caso, a própria Petrobrás”.

Ao tentar se explicar, o ministro disse que o atual sistema de cobrança do ICMS gera situações que podem, no limite, resultar em problemas fiscais para os Estados. “O ICMS é um porcentual do preço da gasolina. Quando esse preço sobe, aumenta a receita. O problema grave ocorre quando Estados tratam essa

receita como sendo permanente”, disse Meirelles. O ministro argumenta que o atual sistema pode incentivar o aumento de gastos estaduais quando governadores passam a tratar receitas temporárias como sendo permanentes. “E quando o preço do petróleo cai há crise fiscal”.

Alíquota nominal. Segundo o ministro, a mecânica em estudo na Receita Federal propõe uma alíquota nominal – em reais – sobre o litro da gasolina a ser calculada conforme o preço médio do combustível no ano anterior corrigido pela inflação. “Se o petróleo subir ou descer, o imposto vai ter um valor determinado. Estados passam a ter uma receita certa”, defende. “É uma medida que estabiliza a receita”. Ao negar qualquer intenção eleitoral nesse debate iniciado pelo próprio ministro, Meirelles citou que o tema ainda está em “início de discussão” e “não é algo para se decidir agora”.

“O consumidor não seria prejudicado”, disse, ao argumentar que só haveria uma nova maneira de se calcular o imposto. “É um debate sem aumento da carga”. O secretário de Fazenda do Rio Grande do Norte e coordenador do Confaz – grupo que reúne secretários estaduais de Fazenda –, André Horta, diz que os Estados ainda não foram contatados sobre o tema, mas demonstra interesse no debate. “Estados estão sempre abertos ao diálogo, mas é preciso ter atenção porque há interesses diferentes. O desafio é harmonizar os interesses”. Segundo a Petrobrás, o ICMS responde atualmente por cerca 30% do preço da gasolina. A incidência desse imposto, porém, não é uniforme.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues

Título: Brasil recorre nos EUA para sair da lista do aço

País vai reforçar o argumento de que a balança comercial entre os dois países é superavitária para os Estados Unidos há 10 anos.

O ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, Marcos Jorge, disse que o Brasil apresentará recursos em dois órgãos do governo dos Estados Unidos contra a decisão do presidente Donald Trump de sobretaxar as importações de aço e alumínio, e que vê chances de o Brasil não ser atingido pela medida. “Ficou claro na fala do presidente Trump que países que não representam riscos aos Estados Unidos e não tenham déficit comercial com eles poderão ser excluídos. É o caso do Brasil. Vamos recorrer dentro do processo nos Estados Unidos com todas as medidas possíveis”, afirmou, em entrevista ao Estadão/Broadcast. “Queremos que o Brasil seja excluído, assim como o Canadá e o México”. Na quinta-feira, Trump assinou decreto oficializando a sobretaxa de 25% nas importações de aço e de 10% nas de alumínio, o que atingirá a

indústria brasileira. De acordo com Jorge, a estratégia será apresentar recursos no Departamento de Comércio norte-americano e no Escritório de Representação Comercial dos EUA (USTR) contra a decisão no prazo de 15 dias.

“Vemos a possibilidade de sermos excluídos da medida ainda no âmbito bilateral”. No recurso, o Brasil reforçará o argumento de que a balança comercial entre os dois países é superavitária para os Estados Unidos nos últimos 10 anos e que há uma complementaridade na indústria siderúrgica entre os dois países, uma vez que mais de 80% do aço exportado para os EUA pelo Brasil é semiacabado. Além disso, o governo avalia em que momento recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a medida, o que poderá ser concomitante aos recursos apresentados nos EUA. “Ainda não está definido o momento, o que já está definido é que vamos recorrer a todas as instâncias”, disse Jorge. Retaliação.

O ministro, no entanto, evitou falar sobre retaliar outros produtos, apesar de fazer questão de dizer que isso não está descartado. Ele não quis adiantar que tipo de produto poderia ser sobretaxado em retaliação. “Vamos primeiro trabalhar essa via do recurso. Nos parece que o Brasil está dentro dos critérios que foram definidos com todas as condições para a exclusão”, afirmou. “O que nós queremos como parceiro estratégico dos Estados Unidos é sermos tratados de forma justa”, disse. Em paralelo, o setor privado também está se movimentando. Representantes de indústrias siderúrgicas contrataram escritórios para entrar com ações na Justiça americana e pressionam consumidores do aço brasileiro, que, por sua vez, pressionam parlamentares e representantes da administração de Trump para excluir o Brasil dos efeitos da medida.

Retórica.

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que as medidas adotadas pelo governo dos EUA de impor tarifas de 25% para o aço e de 10% para o alumínio importados não foram bem recebidas por investidores em geral. “Obviamente há uma desaprovação grande, porque prejudica a economia americana. Beneficia o setor de aço americano, mas prejudica a indústria americana como um todo e em última análise o consumidor.” Segundo o ministro, o protecionismo é algo negativo em nível global. “A experiência do passado mostrou isso. Houve uma onda protecionista muito grande na década de 1930 e o resultado foi desastroso para o mundo todo. Existe uma expectativa de que a guerra comercial seja mais retórica.” Um dia depois do anúncio de Trump contra o aço brasileiro, os países do Mercosul lançaram ontem no Paraguai o início das negociações para um acordo de livre-comércio com o Canadá. / COLABOROU RICARDO LEOPOLDO, CORRESPONDENTE EM NOVA YORK

Governador do Espírito Santo teme demissões

A decisão do presidente dos EUA, Donald Trump, prejudica diretamente a economia do Espírito Santo, segundo o governador Paulo Hartung (PMDB). Ele diz que as medidas devem gerar “diversos efeitos negativos, como desemprego”. Em carta ao ministro Marcos Jorge de Lima, Hartung reforçou que a receita bruta da ArcelorMittal Tubarão (AMT) representa 8,8% do PIB capixaba, gerando 6.365 empregos diretos e com uma cadeia de abastecimento que emprega 50 mil pessoas. / FERNANDA NUNES

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Cleide Silva / Márcia De Chiara

Título: Brasil foi o mais afetado com a sobretaxa do aço

Perdas nas exportações podem chegar a US\$ 2,6 bilhões, segundo o Instituto Aço Brasil; setor aposta na exclusão do País do tarifaço

Ao mirar a China, que tenta invadir mercados globais com o aço que está sobrando em suas siderúrgicas, o presidente dos EUA, Donald Trump, acertou diretamente o Brasil. Segundo maior fornecedor do produto para o mercado americano (o primeiro é o Canadá, que ficou de fora da super taxação), o País exportou US\$ 2,6 bilhões em aço para os EUA em 2017, o equivalente a um terço de toda a venda externa da matéria-prima local. A perda para as exportações brasileiras pode ser de US\$ 500 milhões neste ano, na avaliação do presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro. Nas contas de um estudo do Peterson Institute chegaria a US\$ 1 bilhão.

Já o presidente do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, avalia que a perda seria muito maior. “Se fechar o mercado, vamos perder todas as exportações, ou seja, os US\$ 2,6 bilhões que vendemos em 2017.” Castro é mais conservador nas projeções, pois considera nos cálculos contratos de exportação para os EUA entre empresas do mesmo grupo, que certamente serão honrados, mesmo com uma taxa maior. Mas alerta para outro ponto. “Corremos o risco de perder duas vezes: deixar de exportar e importar mais.”

Como o País está saindo da recessão e as alíquotas de importação não são proibitivas, há chance de que os concorrentes na produção de aço ampliem as vendas para o Brasil para compensar perdas nos EUA. Só no primeiro bimestre deste ano as importações brasileiras de produto acabado cresceram 38%. Lopes, porém, vê “grandes chances” de o Brasil ser excluído do tarifaço nas negociações que vão ocorrer nos próximos 15 dias.

“Acredito que o governo americano vai entender que há uma relação de complementaridade, pois, ao mesmo tempo em que exportamos, importamos US\$ 1 bilhão em carvão mineral dos EUA no ano passado”. É com isso que contam as siderúrgicas que destinam 32,7% da produção do setor para os EUA. Ternium, Usiminas, Vallourec, ArcelorMittal e CSP exportam para os EUA. A Usiminas informa que a sobretaxa não deve ter impacto relevante em seus negócios, uma vez que os EUA responderam por 4% de suas exportações em 2017. Para a CSP, os EUA respondem por 11% das exportações. Ternium, Vallourec e ArcelorMittal não se manifestaram.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Rubens Barbosa

Título: Análise - Salve-se quem puder

As medidas protecionistas em relação ao aço e ao alumínio, anunciadas pelo presidente Trump, foram tomadas pensando na política interna e na reeleição. Nos estudos elaborados para justificar a decisão e ao longo de todo o processo decisório, prevaleceu a narrativa política de colocar os EUA em primeiro lugar, de proteger o emprego e as indústrias ultrapassadas, com a desculpa de ameaças à segurança nacional. Considerações de política exterior ou de preocupação com a crise no sistema multilateral de comércio, com o enfraquecimento ainda maior da OMC, e a perspectiva de uma possível guerra comercial não foram levadas em conta. México e Canadá ficarão de fora, se as negociações de mudanças no Nafta satisfizerem os EUA. Com outros países negociações serão caso a caso. As reações foram muito fortes dentro e fora dos EUA.

No Partido Republicano, centenas de parlamentares preparam legislação para anular a decisão de Trump, não só por questões ideológicas (o partido é a favor do livre-comércio), mas também porque há pressão dos consumidores e das empresas que processam o aço e o alumínio importado. No exterior, os pronunciamentos públicos das principais lideranças europeias e asiáticas indicam a decisão de recorrer ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC ou de retaliação contra produtos norte-americanos. Se essas medidas protecionistas forem levadas à OMC, os EUA deverão ser derrotados e, nesse caso, existe o risco concreto de os EUA saírem da Organização, verdadeira bomba atômica no sistema multilateral de comércio. Todos sairão perdendo.

O Brasil, um dos países mais afetados pelas medidas, sofrerá uma dupla ameaça: perder por alguns anos o mercado americano, o principal destino das exportações de aço, e se transformar em atrativo mercado para produtos europeus e asiáticos desviados dos EUA. Em ambos os casos, haverá forte

pressão sobre as siderúrgicas nacionais. O governo brasileiro reagiu informando que levará a questão para a OMC e continuará a buscar exclusão de produtos brasileiros utilizados como insumos pelas empresas dos EUA. Seria lamentável se esse episódio fizesse recrudescer o protecionismo global, inclusive no Brasil, para a defesa dos mercados interno

PRESIDENTE DO INSTITUTO DE RELAÇÕES

INTERNACIONAIS E COMÉRCIO EXTERIOR

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Produtores chineses pedem retaliação contra sobretaxa

Entre as medidas poderia estar tarifa extra para compra de soja, o que afetaria também os exportadores brasileiros.

Produtora de metade do aço mundial, a China deu indicações de que pode responder às taxas americanas com medidas retaliatórias. Num comunicado, o Ministério do Comércio chinês indicou que vai “defender de forma firme seus interesses”. As principais entidades do setor siderúrgico chinês, controlados pelo Estado, propuseram que medidas sejam tomadas contra produtos agrícolas, como a soja, e eletrônicos dos EUA, além de aço. No caso da soja, uma eventual mudança nas regras por parte da China poderia provocar uma grande desorganização do setor no mundo. Os chineses consomem hoje 60% das importações mundiais de soja. Portanto, uma mudança nas regras aduaneiras no país asiático teria um forte impacto global – e afetaria diretamente o Brasil.

Em 2017, os chineses importaram 50,1 milhões de toneladas de soja do Brasil e cerca de 32 milhões dos EUA. Entre os diplomatas chineses, a possibilidade de uma retaliação nesse setor não está descartada, principalmente pela possibilidade de gerar um impacto negativo justamente em regiões produtoras que votaram no Partido Republicano, de Donald Trump, nas últimas eleições americanas. Além disso, em fevereiro o Ministério do Comércio da China já havia indicado que poderia abrir investigações sobre possível dumping nas vendas agrícolas dos EUA.

Apesar de insistir na via pacífica, a Europa também indicou que não está disposta a fazer concessões aos americanos, nem no setor comercial e nem na aliança militar. “Não faremos concessões no comércio, mesmo que isso tenha sido apontado como um problema”, disse o vice-presidente da Comissão Europeia, Jyrki Katainen. “Isso não é uma negociação comercial. É uma ação

unilateral". A relação feita por Trump entre a barreira comercial e a contribuição da Europa na Otan, a aliança militar do Atlântico Norte, também foi rejeitada por Katainen. "São duas coisas separadas.

Isso é um problema comercial, que precisa ser resolvido." Jean-Yves Le Drian, ministro de Relações Exteriores da França, insistiu que a Europa precisa agir de forma firme. "A Europa precisa mostrar seu poder e soberania", disse. Para ele, é a influência americana que será afetada por conta das barreiras. Katainen confirmou que, se as negociações fracassarem, a UE já está em conversas com outros governos para levar um caso conjunto à OMC. "Queremos a lei do mais forte ou as leis internacionais?", questionou

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernando Scheller

Título: Nissan negocia postos de recarga de energia para abastecer o Leaf

A Nissan, marca líder em vendas de carros elétricos no mundo, negocia com empresas geradoras e distribuidoras de energia de vários Estados brasileiros a instalação de postos de recarga para garantir o abastecimento do novo Leaf, modelo 100% movido a eletricidade que chegará ao País em 2019. A infraestrutura é um dos itens que pode definir a demanda pelo modelo que também será vendido em outros sete países da América Latina. Outro item é o preço. Hoje, o carro custaria cerca de R\$ 220 mil, calcula o presidente da Nissan do Brasil, Marco Silva. "Inicialmente será um nicho de mercado, mas gostaríamos de chegar a um preço próximo de um modelo similar (a combustão)", diz Silva, para quem a redução da alíquota do IPI, hoje de 25%, seria importante. A decisão de reduzir o imposto para elétricos e híbridos está nas mãos do governo, assim como o anúncio do novo regime automotivo, o Rota 2030. Ambos foram prometidos para fevereiro, mas estão travados. A Nissan também estuda lançar uma versão do utilitário Kicks híbrido (com motor a combustão e bateria), além de realizar, ainda este ano, novos testes com um protótipo a célula de combustível, cujo hidrogênio é gerado por etanol. Na sexta (9) a Nissan apresentou em São Paulo as tecnologias futuras que desenvolve globalmente, especialmente para carros autônomos. O grupo tem uma equipe que visita os países, incluindo o Brasil, para identificar a cultura local do trânsito. O objetivo, explica a cientista Melissa Cefkin, é prover a inteligência artificial dos carros autônomos para agirem de acordo com a situação local e tomar decisões, sobretudo em emergências. Ver carros sem motoristas nas ruas brasileiras, porém, vai demorar. Silva diz que, no Japão, onde já ocorrem testes, a previsão de lançamento é 2022. "No Brasil, vai demorar mais 10 a 15 anos."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Julia Affonso / Ricardo Brandt / Luiz Vassallo / Fausto Macedo****Título: Palocci operou propina para Delfim, diz Lava Jato**

Belo Monte. PF cumpre mandados em endereços de ex-ministro, suspeito de receber R\$ 15 milhões por meio de falsas consultorias contratadas por empresas de consórcio.

O ex-ministro da Fazenda e do Planejamento no regime militar e ex-deputado federal Delfim Netto, de 89 anos, foi o principal alvo da 49.ª fase da Operação Lava Jato, deflagrada ontem. Denominada Buona Fortuna, a investigação apura suspeita de pagamento de propina a políticos e agentes públicos pelo consórcio de empreiteiras responsável pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará.

A força-tarefa da Lava Jato afirma que o ex-ministro Antonio Palocci operou o repasse de R\$ 15 milhões a Delfim. Segundo os investigadores, ficou comprovado que pelo menos R\$ 4,4 milhões das empresas vencedoras da licitação foram pagos ao ex-ministro. Os recursos foram repassados por meio de contratos fictícios de consultoria a empresas que têm como sócios Delfim e um sobrinho.

O ex-ministro nega e afirma que os serviços foram prestados (mais informações nesta página). De acordo com o Ministério Público Federal, Delfim ajudou a estruturar um consórcio, em conjunto com o pecuarista José Carlos Bumlai, amigo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, para participar da licitação das obras de Belo Monte.

Os contratos teriam sido direcionados pelo governo federal ao consórcio Norte Energia com o objetivo de gerar propinas a membros do PT e do MDB. A participação do ex-ministro no esquema foi apontada por executivos das construtoras Andrade Gutierrez e Odebrecht que, em delação, confirmaram o pagamento a ele.

“Em virtude dessa ajuda que, na verdade, constituiu uma fraude ao leilão, Delfim Netto foi angariado com o direcionamento das vantagens indevidas que (Antonio) Palocci (ex-ministro dos governos Lula e Dilma) havia pedido ao PT e ao MDB”, afirmou o procurador da República Athayde Ribeiro. Bumlai também citou Delfim como participante do suposto esquema.

Em depoimento à Polícia Federal, o pecuarista afirmou que o consórcio vencedor foi acertado em 2010, durante reunião no Hotel Maksoud Plaza, em

São Paulo. Por enquanto, os procuradores não encontraram indícios de pagamento de vantagens indevidas a Bumlai. A casa, o escritório e empresas de Delfim foram alvo de mandados de busca e apreensão.

No total, foram cumpridos nove mandados em São Paulo e no Paraná. Conforme as investigações, PT e MDB receberam 1% do total dos contratos de Belo Monte – R\$ 14,5 bilhões –, o que daria R\$ 60 milhões para cada partido. A força-tarefa afirma que do montante pago aos partidos, R\$ 15 milhões foram repassados a Delfim pelas empresas Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez, Odebrecht, OAS e J. Malucelli, todas integrantes do consórcio Norte Energia.

Segundo os investigadores, as falsas consultorias foram firmadas com as empresas Aspen Consultoria e LS Consultoria, que estão em nome do ex-ministro e de seu sobrinho, Luiz Appolonio Neto. A relação entre as empresas e o ex-ministro eram feitas por Palocci, apontado pelo MPF como o “porta-voz” de Delfim.

Athayde Ribeiro afirmou que Delfim Netto mentiu à PF ao prestar depoimento em 2016. O ex-ministro foi questionado sobre um repasse de R\$ 240 mil pago pela Odebrecht através do setor de Operações Estruturadas, o chamado departamento da propina da empreiteira. “Ele não falou a verdade. Ele tentou mascarar o recebimento da vantagem indevida em supostos contratos de consultoria cujos serviços jamais foram prestados”, disse o procurador. No caso da Odebrecht, os pagamentos foram registrados no sistema com o codinome “Professor”.

Os delatores da empreiteira afirmaram que não foi prestado nenhum serviço por Delfim. Em abril de 2016, Flávio Barra, da Andrade, também confirmou em depoimento repasse ao ex-ministro na fase final das negociações para a construção da usina. Em sua decisão, o juiz Sérgio Moro determinou o bloqueio de R\$ 4,4 milhões das empresas e das contas do ex-ministro e de seu sobrinho.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Renato Souza

Título: Lava-Jato chega à conta de Delfim

O ex-ministro e economista Antônio Delfim Netto foi um dos alvos da 49ª Fase da Operação Lava-Jato, deflagrada pela Polícia Federal na manhã de ontem. Batizada de Operação Bouna Fortuna, a investigação apontou desvios de R\$ 135 milhões nas obras da Usina de Belo Monte, próximo a Altamira, no sudeste do Pará. A investigação descobriu o envolvimento de agentes públicos e políticos no esquema. De acordo com o Ministério Público Federal, dos valores

movimentados ilegalmente, R\$ 60 milhões foram destinados ao PT; R\$ 60 milhões, para o MDB e R\$ 15 milhões para Delfim.

As investigações apontaram que o ex-ministro recebia o dinheiro por meio de empresas ligadas diretamente ou indiretamente a ele. A casa e o escritório de Delfim Neto foram alvos de mandados de busca, em São Paulo. O investigado foi citado na delação de Flávio Barra, ex-executivo da empreiteira Andrade Gutierrez, que faz parte do consórcio que atuou nas obras da hidrelétrica. Foram cumpridos nove mandados de busca e apreensão em São Paulo e no Paraná. As autorizações judiciais foram expedidas pelo juiz Sérgio Moro, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba.

O MPF informou ao juiz Sérgio Moro que rastreou R\$ 4 milhões ligados a Delfim. O procurador da República Athayde Ribeiro Costa informou que os valores foram bloqueados por ordem do magistrado. “As provas indicam que o ex-ministro recebeu 10% do percentual pago pelas construtoras a título de vantagens indevidas, enquanto o restante da propina foi dividido entre o PMDB e o PT, no patamar de 45% para cada partido”, afirmou.

A denúncia aponta que o consórcio Norte Energia, que contratou as empresas para a execução da obra, foi favorecido por servidores do governo federal. Fazem parte do grupo de empreiteiras contratadas a Andrade Gutierrez, a Camargo Correa, a Odebrecht, OAS e a J. Malucelli, que pela primeira vez, aparece na Lava-Jato. No esquema, o consórcio teria que depositar propina no valor de 1% de cada contrato para políticos e demais envolvidos. Informações prestadas pela Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e executivos ligados ao setor de construção, fundamentaram o trabalho das equipes que atuaram para descobrir o esquema.

Parte das investigações corre na Procuradoria-Geral da República, por envolver pessoas com foro por prerrogativa de função. O restante está em tramitação na Justiça Federal do Paraná. As autoridades precisaram quebrar o sigilo telefônico, telemático, fiscal e bancário de suspeitos para comprovar as informações prestadas em acordos de leniência.

A defesa de Delfim Neto alegou, em nota, que “o professor não ocupa cargo público desde 2006 e não cometeu nenhum ato ilícito em qualquer tempo. Os valores que recebeu foram honorários por consultoria prestada”. A Camargo Corrêa ressaltou que “foi a primeira grande empresa do setor a firmar acordo de leniência para corrigir irregularidades e colaborar de forma permanente com as autoridades”. Ainda, de acordo com a companhia, “o referido acordo permitiu ampliar as investigações com avanços importantes para a consolidação de ambiente de negócios baseado na ética e na competência técnica”.

O professor

Nas planilhas da Odebrecht Delfim Neto foi identificado com o codinome “o professor”. Ele foi ministro da Fazenda durante o regime militar e ficou conhecido por executar um “milagre econômico” no país (leia mais abaixo). O ex-ministro também é professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP). No ano passado, Delfim foi citado no escândalo Panamá Papers. De acordo com documentos revelados pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos, ele tinha ao menos duas contas abertas nas Ilhas Virgens Britânicas, que são consideradas paraísos fiscais. Os documentos confidenciais, que foram vazados do escritório Mossack Fonseca, revelaram que nenhuma das contas tiveram movimentações financeiras.

Em nota, a Andrade Gutierrez informa que apoia toda iniciativa de combate à corrupção, e que visa a esclarecer fatos ocorridos no passado. “A companhia assumiu esse compromisso público ao pedir desculpas em um manifesto veiculado nos principais jornais do país e segue colaborando com as investigações em curso dentro do acordo de leniência firmado com o Ministério Público Federal”. Por fim, a empresa diz que “incorporou diferentes iniciativas nas suas operações para garantir a lisura e a transparência de suas relações comerciais, seja com clientes ou fornecedores, e afirma que tudo aquilo que não seguir rígidos padrões éticos será imediatamente rechaçado pela companhia”.

MME / ASCOM .